



MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Documento síntese apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aos membros da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) relativo ao processo de Audiências Públicas do Edital da 2ª Licitação para Concessão Florestal da FLONA Saracá-Taquera, realizadas nos Municípios de Terra Santa, Faro e Oriximiná (Pará) e consulta ao Conselho Consultivo em reunião em Porto Trombetas-Pará.

Agenda que foi cumprida:

14/7/2008 – Consulta ao Conselho Consultivo da FLONA em reunião nas dependências da Mineradora MRN em Porto Trombetas.

15/7/2008 – Audiência Pública em galpão na cidade de Terra Santa-PA.

16/7/2008 – Reunião no salão da Diocese da igreja matriz de Faro e Audiência Pública em galpão na cidade de Faro-PA.

18/7/2008 – Audiência Pública na Câmara Municipal da cidade de Oriximiná-PA.

PONTOS COMUNS OBSERVADOS E/OU ENCAMINHADOS EM TODOS OS EVENTOS

- Existe uma área planejada para assentamento da reforma agrária que não consta do mapa apresentado (*vide acordo realizado durante a 7ª Reunião da CGFLOP – 26 e 27/6/2007*).
- No Anexo 12, aumentar o peso do critério e indicador do item *Agregação de Valor*, visando incrementar a indústria da região com o processamento local dos produtos objeto da concessão. Indicativos para retirar dos outros três itens.
- No Anexo 4, nas condições especiais e exclusões, encaminhamento para que os produtos de uso pelas comunidades locais sejam excluídos do objeto da concessão. Não houve acordo e entendimento quanto à “*compatibilidade do uso comercial com o uso tradicional da comunidade*”, texto constante do item “B” (pág. 2 do Anexo 4).

Relembrando os encaminhamentos da 10ª Reunião da CGFLOP – 25 e 26/9/2007

Solicitações da CONTAG para os indicadores da tabela apresentada na reunião, com a anuência dos presentes:

- ✓ No item “compra/contratação de insumos e serviços de provedores locais/estaduais” priorizarem os conhecimentos locais e tradicionais. **ATENDIDO**
- ✓ Inserir a classificação “proporção da melhor oferta” no item “fornecimento de matéria-prima para utilização pela indústria local”; e incluir “ou proporção” na parametrização do item. **ATENDIDO**
- ✓ excluir produtos e derivados já utilizados pelas comunidades locais e tradicionais. (?)

Por solicitação da FBOMS foi incluído o item “2.18 – Apoio ao manejo florestal das comunidades locais do entorno.” **ATENDIDO**

- Manifestação das lideranças locais, inclusive com atos públicos, declarando que não foram oficialmente informadas e consultadas sobre o processo de concessão florestal. Alegaram a necessidade de consulta prévia. A consulta deve ser realizada em todas as comunidades, inclusive nas áreas mais remotas.



MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

- Somadas às reivindicações do item anterior, as comunidades solicitaram a participação nos benefícios que serão gerados pela concessão florestal e informações mais concretas sobre os impactos da exploração pelas empresas nas vidas dessas famílias.
- Em todas as audiências foi solicitada a ampliação dos prazos, inclusive com apresentação de novas datas por alguns.
- Também foi unânime a solicitação de reuniões conjuntas entre as lideranças dos três municípios envolvidos para análise do edital e posterior apresentação de sugestões ao SFB.
- Em mais de uma das áreas das Unidades de Manejo delimitadas para concessão florestal, as lideranças locais identificaram a existência de famílias nesses perímetros e/ou o uso dessas áreas para extrativismo vegetal.
- Considerando que o SFB apresentou proposta para aprofundamento na identificação das famílias existentes nessas áreas, as lideranças se prontificaram a acompanhar esses estudos.
- Nas audiências também foram apresentadas solicitações para que o escoamento da produção das Unidades de Manejo não privilegiasse apenas o Porto Trombetas e a cidade de Terra Santa, mas que, com relação as UMF 1 e 3 que o escoamento se desse pelo sul.
- Foi muito questionada a distribuição, definida na Lei, dos recursos advindos dos processos de concessão florestal. No entendimento mais geral o ideal seria 25% para cada um – Estado, Município, ICMBIO e Fundo Florestal.
- O processo foi também questionado pelo setor empresarial cujos representantes asseguraram que haverá exclusão das empresas locais, pois os critérios somente poderão ser cumpridos por grandes empresas.
- Em duas audiências houve manifestação contra a utilização dos recursos hídricos, minerais e dos recursos genéticos que eventualmente podem ser objetos de concessão pelos setores competentes. A proposta é de que haja proibição dessas atividades no próprio edital de concessão.
- Outra necessidade apresentada nas audiências se refere à garantia de qualificação dos empregos que serão gerados com a concessão, para que não fiquem somente para os trabalhadores e trabalhadoras dessas comunidades do campo, os subempregos que pagam salários menores com mão-de-obra sem especialização.
- As lideranças não acreditam que terão livre acesso às áreas de exploração comunitárias, não somente pela relação cultural já estabelecida entre empresa e comunidade, mas principalmente porque as empresas deverão demarcar com piquetes esses perímetros de concessão.
- Foi levantada a questão da existência de fauna de grande porte nessas áreas que, indubitavelmente, será impactada com a entrada da empresa da concessão.
- Um dos mais importantes pontos levantados que deve ser considerado como impeditivo da concessão florestal se refere à revisão do Plano de Manejo da FLONA. As comunidades que vivem do extrativismo e das atividades agrícolas na região são impossibilitadas de acessar crédito rural e têm suas práticas impedidas pelo órgão ambiental, pois suas propriedades foram definidas como zonas de recuperação no Plano de Manejo vigente. Nem mesmo o Conselho Consultivo da FLONA foi consultado na aprovação desse Plano, considerando que a maior parte das lideranças que compõem esse colegiado foi injustamente atingida.



MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Pontos constantes da solicitação oficial apresentada pelo Presidente do STTR de Oriximiná na Audiência Pública:

- ▶ Realização de levantamento aprofundado para a identificação de existência ou não de famílias dentro das áreas que serão objeto de concessão, com a participação do STTR.
- ▶ Com relação ao item anterior, caso seja constatada a existência de unidades familiares nesses perímetros que haja nova delimitação para exclusão dessas propriedades das áreas de concessão.
- ▶ Assegurar que a mão-de-obra a ser utilizada pelas empresas vencedoras dessa licitação seja comprovadamente da população local.
- ▶ Garantir que seja destinado apoio técnico e financeiro pelas empresas vencedoras da licitação para capacitação das comunidades locais não somente para o trabalho na empresa, mas para o desenvolvimento de práticas agroflorestais nos empreendimentos familiares.
- ▶ Garantir que não seja concluído o processo de concessão florestal antes da aprovação da revisão do Plano de Manejo pelo Conselho Consultivo da FLONA Saracá-Taquera.
- ▶ Assegurar que as empresas vencedoras dessa licitação promovam a qualificação da mão-de-obra para atuar em todas as fases técnicas do empreendimento.

Questões anteriores que ainda necessitam de esclarecimentos:

- ⇒ Nos critérios definidos no 1º edital solicitamos restrição à concessão ao empreendimento que já responderam judicialmente por utilização de trabalho análogo ao escravo. A resposta de que essa questão já está garantida em lei não justifica, diante do cenário nacional, haja vista a inclusão do critério de comprovação da não utilização do trabalho infantil, questão que também consta da legislação brasileira.
- ⇒ Investimento na capacitação e certificação do empresariado local com os recursos do fundo.
- ⇒ Monitoramento do plano de manejo por entidades de fora e não da região.

Pedimos o registro em Ata desse documento.

Brasília, 29 de julho de 2007

Fani Mamede
Representante Titular da
CONTAG na CGFLOP